



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 32, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 09, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 8.745, de 21 de agosto de 2009, no Despacho Presidencial baseado na Exposição de Motivos Interministerial nº 268, de 13 de outubro de 2011, na Portaria Interministerial MP/MS nº 102, de 12 de maio de 2009, e no Termo de Conciliação Judicial celebrado com o Ministério Público do Trabalho nos autos do Processo nº 00751-2007-018-10-00-4, em tramitação na 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, resolvem:

- Art. 1º Autorizar o Ministério da Saúde a realizar contratação temporária de quinhentos e trinta e três (533) profissionais por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da alínea "m" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 21 de agosto de 2009, nos termos do Anexo a esta Portaria.
Art. 2º A contratação dos profissionais deverá obedecer ao disposto no Edital de homologação do resultado final do processo seletivo simplificado já realizado pela FUNASA e homologado por Edital publicado no Diário Oficial da União de 21 de maio de 2010, Seção 3, página 176 a 181.
Parágrafo único. O Ministério da Saúde deverá encaminhar à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEGEP/MP a síntese dos contratos efetivados.
Art. 3º O prazo de duração dos contratos deverá ser até 30 de junho de 2012, conforme o Termo de Conciliação Judicial celebrado com o Ministério Público do Trabalho nos autos do Processo nº 00751-2007-018-10-00-4, em tramitação na 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.
Art. 4º As despesas com as contratações referidas nesta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Grupo de Natureza de Despesa - GND "1 - Pessoal e Encargos Sociais", tendo em vista que visam à substituição de servidores e empregados públicos, nos termos do art. 87 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (Lei nº 12.247/2011).
Art. 5º O provimento dos cargos que constam do anexo terá como contrapartida a extinção de quinhentos e oitenta e nove (589) postos de trabalho terceirizados, que estão em desacordo com a legislação vigente.
Art. 6º As providências relacionadas à efetivação das contratações temporárias referidas nesta Portaria, observados os termos previstos na legislação pertinente, em especial o disposto na Lei nº 8.745, de 1993, ficam sob a responsabilidade do Ministério da Saúde.
Art. 7º Fica revogada a Portaria Interministerial nº 479, de 7 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 9 de novembro de 2011.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

ANEXO

Table with 2 columns: Postos de Trabalho, Quantidade. Rows include Atividades de Nível Superior, Atividades de Nível Médio, and TOTAL.

PORTARIA Nº 31, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 7.093, de 21 de agosto de 2009, resolve:
Art. 1º Autorizar os órgãos e as entidades mencionados no Anexo a esta Portaria a aceitar e avaliar candidatos aprovados em concursos públicos, observada a ordem de classificação, com o intuito de suprir vacâncias e desistências originadas dos próprios concursos vigentes, ocorridas a partir de 1º de fevereiro de 2011, de acordo com os quantitativos estabelecidos no Anexo.
Art. 2º Autorizar o Departamento Nacional de Produção Mineral a nomear um candidato aprovado para o cargo de Especialista em Recursos Minerais, dois candidatos aprovados para o cargo de Técnico Administrativo em Atividades de Mineração e cinco candidatos para o cargo de Técnico Administrativo, no concurso público autorizado pela Portaria nº 184, de 8 de julho de 2009.
Art. 3º Autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social a nomear dois candidatos aprovados para o cargo de Analista do Seguro Social, com formação em Serviço Social, no concurso público autorizado pela Portaria nº 108, de 14 de maio de 2008.
Art. 4º O provimento dos cargos referidos nos arts. 1º, 2º e 3º está condicionado a:
I - à existência de vagas na data da nomeação; e
II - à declaração do respectivo órgão de origem sobre a adequação orçamentária e financeira das despesas com a contratação, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.
Art. 5º Os órgãos e entidades relacionados no Anexo deverão publicar no Diário Oficial da União demonstrativo com a relação nominal e respectivos códigos das vagas dos candidatos aprovados em concursos e desistências.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Table with 3 columns: Órgão, Cargo, Vagas. Rows include Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento Nacional de Obras e Seguros - DNOCS, Defensoria Pública da União - DPU, and various administrative and technical positions.

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 7.093, de 21 de agosto de 2009, resolve:
Art. 1º Autorizar o provimento de quarenta cargos do Plano de Carreira e Cargos da Brasileira de Inteligência - ABIN, do concurso público autorizado pela Portaria nº 214, de 21 de março de 2010, conforme discriminado no Anexo.
Parágrafo único. O provimento dos cargos deverá ocorrer a partir de junho de 2012, e estar condicionado à existência de vagas na data de nomeação; e
II - à declaração do respectivo órgão de origem sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.
Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público referido no art. 1º será do Diretor-Geral da ABIN, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais ou outros atos administrativos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Table with 3 columns: Cargo, Nivel, Vagas. Rows include Oficial Técnico de Inteligência, Agente Técnico de Inteligência, and TOTAL.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 8, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012

Atualiza os valores limites para contratação de serviços de vigilância em substituição aos valores limites publicados pela Portaria nº 16, de 15 de abril de 2011, para a Unidade Federativa do Pará.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, conforme o disposto no art. 5º do Decreto 1.094, de 23 de março de 1994, no artigo 54 da Instrução Normativa nº 00, de 30 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Atualizar os limites máximos para a contratação de serviços de vigilância, executados em forma contínua em edifícios públicos e em órgãos/entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SSG, para a Unidade Federativa do Pará, conforme Anexo I desta Portaria, em substituição aos valores limites publicados pela Portaria nº 16, de 15 de abril de 2011.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria observaram as seguintes especificações de trabalho:

- I - Posto de Vigilância - 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;
II - Posto de Vigilância - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
III - Posto de Vigilância - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

Art. 2º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram as condições de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venha representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando o adicional no valor proposto, este deverá estar dentro do valor limite estabelecido e não poderá ser de desclassificação.

Art. 3º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria não limitam a repactuação de preços que ocorrer durante a vigência contratual, mas apenas os preços decorrentes de nova contratação ou repactuação de contratos em vista que o art. 3º do inciso XXI da Constituição Federal, assegura aos contratados o direito de receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

Art. 4º Quando da prorrogação de contratos, os contratados não poderão receber acima dos limites estabelecidos nesta Portaria, devendo ser renegociados e adequados aos novos limites, quando se tratar de prorrogação de contratos cuja negociação resultar insatisfatória, devendo o órgão público realizar certame licitatório.

Art. 5º A repactuação poderá ser realizada em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em parcelas distintas para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante de diferenças, tais como os custos decorrentes da mão de obra (data do último acordo ou convenção) e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (data do encaminhamento das propostas).

Art. 6º A atualização dos valores limites estabelecidos nesta Portaria é uma prerrogativa discricionária da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que poderá, inclusive, reduzi-los, caso verifique que os atuais valores estão acima do valor de mercado, por qualquer motivo.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria são válidos independentemente da celebração de novos acordos dissídios ou convenções coletivas, e enquanto não forem alterados por nova Portaria.

Art. 7º A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá disponibilizar no COMPRASNET, para fins de acompanhamento, os preços praticados na prestação destes serviços, onde os órgãos e entidades integrantes do SISG deverão manter o registro atualizado dos contratos firmados.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINO NATAL DE SOUZA

ANEXO I

Table with 4 columns: UF, Posto 44h/semanais, Posto 12x36h, Posto 12x36h. Row includes PA (Pará) with Diurno and Noturno shifts.